

**TABU DO CORPO. Rodrigues JC. Rio de Janeiro: Editora Focruz; 2006. 154 pp.**

ISBN: 857541-089-X.

A ficha catalográfica registra 1980 como o ano da primeira edição de *Tabu do Corpo*. Assim sendo, sua sétima reedição, já nesse novo milênio, traduz a importância de continuamente disponibilizar a gerações de estudantes, dedicados ao aprendizado das ciências sociais, um determinado momento da história do pensamento brasileiro acerca das questões que envolvem, digamos assim, a construção social do corpo.

Não é somente, embora tal já fosse para lá de suficiente, ofertar ao público acadêmico um texto didática e intelectualmente bem escrito e pensado, mas permitir um exercício histórico reflexivo sobre os fundamentos da antropologia no Brasil, num momento em que de dentro da universidade brasileira – sem querer fazer analogia com o título do livro – tabus começavam a ser quebrados e os sistemas de significações tomavam seu lugar e abriam novas sendas que iriam e continuam a ser percorridas desde então.

De saída, no que tange a tal aspecto, descobre-se em Rodrigues um tipo de associação entre sociologia e antropologia e entre essas e metapsicologia freudiana, fato que, para muitos ortodoxos, sobretudo no que diz respeito à segunda, não passaria de um modismo passageiro que não traria nenhuma espécie de contribuição à solidificação e ao desenrolar de conhecimentos produzidos por tipos de ciências do homem, tingidas pelo empírico, expostas às contingências e que epistemologicamente envolvem o conjectural e a interpretação. Em História, por exemplo, da mesma maneira que na antropologia de Marcel Mauss, Margareth Mead, Mary Douglas e Lévi-Strauss, dentre outros gigantes que sustentam as proposições de Rodrigues, as pesquisas levadas a cabo por Peter Gay mais do que referendam uma aliança, e por intermédio dela um tráfego entre fronteiras disciplinares, incluindo-se a psicanálise, que hoje se sabe ser inevitável porque é de todo profícuo.

Em seguida, constata-se, exatamente em função do modelo epistemológico destas ciências, a necessidade de matizar os dados pela teoria, conscientes de que ingerências exteriores, de cunho das subjetividades individuais, atravessam todo o processo investigativo. Essa não é uma questão nova e, hoje mais do que antes, vem sendo muito equacionada e solidamente argumentada, mormente dentro de novos parâmetros como os estabelecidos por antropólogos como Rayna Rapp, diante de temáticas atuais como os aspectos sócio-culturais do processo saúde e doença e de seu impacto frente às mudanças trazidas pelos avanços relacionados ao emprego das técnicas de DNA recombinante e sua reverberação mais tangível: o Projeto Genoma Humano. O que cabe sublinhar é a atualidade da discussão levantada por Rodrigues no que tange a pontos e a posicionamentos imbricados nos trabalhos de campo, incluindo preciosas exposições em torno da assunção dos riscos que se colocam para os pesquisadores quando se tem a pretensão de moldar sistemas de perguntas e se centrar nelas, quando o melhor a fazer é deixar os sujeitos observados falarem e procederem da forma a mais livre e aberta possível.

Se na atualidade, a tecnologia fez implodir a separação entre natureza e cultura, sujeito e objeto e assim por diante, como advogam teóricos como o francês

Bruno Latour e a americana Donna Jay Haraway, no espaço/tempo histórico no qual Rodrigues escreveu seu livro, tais oposições serviam de base ao desenvolvimento do raciocínio e colocavam em cena noções-chave e caras ao pensamento das ciências sociais, como a de dialética. Se de alguma maneira já se aceitava que a estruturação dicotômica era estreita e reducionista, a recuperação da dialética grega enfatizando a idéia de diálogo, de contraposição e contradição de idéias levando a outras idéias, e mais ainda, à consolidação do método dialético tendo como elementos de esquema básico a tese, a antítese e a síntese, sob a maior influência nas décadas que seguiram a Segunda Guerra Mundial da dialética marxista permeada por alguns elementos da dialética idealista hegeliana constituiu o pano de fundo que regeu a maioria das pesquisas centradas no *anthropos*, dentro de sua condição de elemento integrante de grupos socialmente organizados.

As oposições apresentadas por Rodrigues que vão se desdobrando em outras ao longo de todo o texto reverberam essa maneira de pensar, colocando o leitor num redemoinho de termos que ora apresentam relação de contradição, ora de contrariedade recíproca e, por que não dizer, ora até de complementaridade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a influência da lingüística de Ferdinand Saussure, cuja disseminação consensualmente deu início ao que se viria conhecer como estruturalismo está presente e, por conseguinte, retomando-se o que foi dito no início desta resenha, desvendando ao acadêmico de hoje a dinâmica de uma determinada maneira de trabalhar as significações e as representações.

Caminhar pela exposição da sociedade como um sistema de significações, tema do capítulo de abertura, até se chegar à operacionalização do coletado em entrevistas para pautar o nojo do corpo é, sem dúvida, não só transitar pelos fundamentos do pensar sobre as sociedades e as culturas humanas e como o corpo nelas se situa e por elas é situado, considerando-se as diferentes conceituações do que uma e outra podem querer dizer ou já disseram, mas também apreender modos e maneiras de se conceber uma antropologia social e os pensadores dos quais fez uso para inovadamente, em termos da academia no Brasil, apresentar a gramática cultural de diferentes sociedades e os significados particulares que auferem ao corpo.

A antropologia, para Rodrigues, e para todo bom antropólogo, tem como problema e desafio a relação entre a natureza biológica e a natureza social do homem. O foco de sua preocupação, todavia, ao enfrentar tal problema e desafio é de mostrar como a dimensão social é a que se apropria desse corpo de modo que a presunção de uma “*fisiologia cada vez mais fisiológica*”, assim como o de uma “*anatomia cada vez mais anatômica*” (p. 116) se torna, para o homem moderno, diante do cientificismo hegemônico, uma espécie de naturalização do que, na realidade, é relacional e simbólico. Assim, a satisfação das necessidades fisiológicas ganha dimensões naturais e sua ligação com crenças, misticismo e religiosidade passa a ser acreditada como formas primitivas, fundamentalistas e obscurantistas de pensar que são jogadas no mundo das “inverdades”.

Nesse patamar não há como discutir que o livro de Rodrigues, por meio de suas oposições, referendadas nomeadamente pelo autor à dialética, proporciona vislumbrar o quanto um modelo dicotômico de pensar ainda nos embasa e o quanto ainda nos é necessário

mantê-lo, porque, de certa forma, na busca de explicarmos a nós mesmos ainda permanecemos, como Rodrigues afirma no término de seu trabalho, tendo a natureza humana como estranha a nós.

Também não há como deixar de reconhecer o quanto a oposição entre razão e sentidos oblitera que tanto a primeira quanto os segundos, se são possibilitados pelas estruturas biológicas, estão associados à cultura que fornece as maneiras como se vê, sente e pensa o que, por sua vez, faz aflorar novos aromas, sons, visões formadoras de novos corpos, novas lógicas, novos universos. Está-se diante da produção não de inven-

ções metafísicas, como querem alguns, mas de realidades que são objetos de fabulações e cuja materialidade é semiótica e, portanto, simbólica. E, mais uma vez, a reedição do livro de Rodrigues nos faz reconhecer que não existe real sem simbólico e, nessa direção, o quanto é importante situar no tempo e no espaço humanos aquilo que em conjunto construímos, mesmo quando achamos que não somos os outros.

Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso  
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, Brasil.